

Narrativas (auto) biográficas e processos complexos de formação de um não escolarizado

(Self) biographical narratives and complex processes of education of a non-schoolized individual

William Rodrigues Barbosa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

williamrb1067@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9401-5195>

RESUMO

O texto reflete sobre os processos de formação de um sujeito comum a partir de narrativas (auto)biográficas, construídas em situação de entrevistas semiestruturadas, (re)visitando a história da educação em um movimento a contrapelo. Transita por espaços e tempos de diferentes fases da vida do colaborador, mostrando as dificuldades enfrentadas. Embora privado do direito à educação escolar, alfabetizado em outros ambientes, o narrador desenvolveu saberes que o habilitaram a operar na sociedade e a constituir aprendizagens do mundo letrado. Com base nos pressupostos da História Oral e da pesquisa (auto)biográfica em educação, reflexiona sobre o caráter complexo de formação e autoformação do indivíduo, percorrendo alguns fios, menos visíveis, dessa trama intrincada. Os desvelamentos proporcionados no estudo assemelham-se a experiências de outros adultos que recorrem à EJA, permitindo pensar a educação de outro lugar. Conclui que o tempo da escola não deve limitar-se a uma fase específica da vida humana, mesmo não sendo esta o único lócus de constituição de aprendizagens, o acesso a educação escolar é um direito constitucional imprescindível ao cidadão contemporâneo independente da faixa etária. E os saberes produzidos pela experiência para dar conta da vida em sociedade ainda precisam ser reconhecidos na formação escolar e na atividade profissional.

Palavras-chave: Processos de formação/autoformação. Narrativas (auto)biográficas. redes de tessituras. Práticas sociais

ABSTRACT

The text reflects on the formation processes of a common subject from his (self) biographic narratives, constructed in the course of interviews, and (re)visiting the History in a contrary direction. It transits through spaces and times of different phases of collaborator's life, presenting the difficulties that he had to face off. Although he has been private to the right to scholar education, being literate in other spaces, the narrator has developed knowledge that enabled him to act in society, and to constitute literate world learning. Based on the presuppositions of Oral History and (self) biographic education

research, the text reflects about the complex feature of formation and self-formation of a subject, following some less visible wires of this entrelaced networks. The findings provided resemble to other adult experiences who resort to Youth, Adult and Aged education, making possible to think education from other view. It concludes that school time is not limited to a human stage of life, even if it is not the single locus of learning, the access to school education is a constitutional right essential for the contemporary citizen independent of the age group. And the knowledge produced by experience to capacitate for life in society and still be recognized in school education and professional activity.

Keywords: Formation/self-formation processes. (Self) biographic narratives. Social practices. Structure networks.

Introdução

O mundo atual pressiona por atualizações diárias, as informações tornam-se rapidamente ultrapassadas e as realidades transmutadas exigem adequações e inovações teórico-conceituais para a aproximação de decifração, reflexividade e habilidade para manuseios de aparelhos e programas. Nesse contexto de mudanças, a palavra aprendizagem ganha relevância no mundo contemporâneo, tornando-se “tema candente diante da complexidade das exigências que se põem diante dos sujeitos” (PAIVA; SALES, 2013, p. 2). Ao mesmo tempo, a concepção de que a escola é a instituição por excelência onde se aprende, tornou-se mais do que em qualquer outro tempo um mito, pois diversos espaços sociais desempenham essa função.

Os velhos desafios colocados como papel da educação escolar se renovam com as novas demandas do mundo contemporâneo, que impôs mudanças nas formas de se pensar a educação que não pode mais ser interpretada como restrita ao modelo tradicional de ensino-aprendizagem em espaços escolares formais, exigindo o reconhecimento de que esta transpõe os muros da escola, e se realiza em diferentes ambientes que, muitas vezes, têm se apresentado mais atualizados do que a própria instituição escolar. As condições impostas pelo mundo pós-moderno expõem limitações do sistema escolar formal, ao pretender dar conta de todas as necessidades de informação e formação do cidadão.

Ao se assumir a formação como um processo contínuo, ao longo da vida, inscreve-se uma nova relação do indivíduo com o tempo e o ciclo de vida. Segundo Delory-Momberger (2014, p. 103-104), inverte-se a relação entre escola e vida ativa, entre infância e idade adulta, e põe em questão a tradicional representação da vida recortada em três idades distintas (formação, atividade profissional, aposentadoria), subvertendo o

“programa biográfico” da sociedade industrial, que estabelece vínculos entre idade e forma específica de integração nos campos sociais.

Sem a pretensão de deslegitimar a escola em sua relevância para a sociedade contemporânea, o texto indaga sobre a forma como esta vem sendo historicamente estruturada como instituição privilegiada de ensino-aprendizagem e como produz currículos, especialmente no que diz respeito à educação de jovens, adultos e idosos.

A pesquisa que deu suporte ao texto apresentado buscou conhecer o processo de formação de um sujeito adulto, por meio de suas narrativas e escritas comuns. Em um movimento a *contrapelo*, (re)visitou episódios da história da educação em períodos complexos da república brasileira. Nessa (re)construção emergiram dificuldades enfrentadas por alguém que privado do direito à educação escolar, mas alfabetizado em outros espaços, por meio desse “fundamento indispensável para o desenvolvimento de aprendizagem” (UNESCO, 2009, p. 3), aventurou-se a construção de conhecimentos de forma quase autodidata.

José Luiz da Silva¹ foi o protagonista eleito como informante privilegiado para esse estudo sobre processos de formação humana e de aprendizado por meio de práticas sociais e “escolares”. Nasceu na cidade de Araruna, Paraíba, em 1929. Abandonado pelo pai desde os 12 anos, migrou para o Rio de Janeiro aos 22 anos de idade. Alguém com pouca escolaridade provocada pela ausência do Estado no atendimento a necessidades básicas dos cidadãos que se constituíram massa alijada de direitos, inclusive do direito à educação formal.

Porém, nos discursos produzidos por esse sujeito, percebe-se certa erudição que não condiz, em tese, com a falta de escolarização da qual foi vítima desde a infância. Mesmo tendo frequentado aos 11 anos de idade, por menos de um ano, uma classe promovida por instrutores particulares não diplomados, adquiriu habilidades de leitura e rudimentos da escrita. A habilidade precariamente adquirida foi mantida por meio de prática de leitura e escrita de folhetos de cordel — textos os quais teve acesso durante grande parte de sua adolescência e que estimulou novos conhecimentos.

A educação formal só veio a acontecer aos 39 anos de idade quando frequentou um curso supletivo para tirar a certificação de ensino primário, a fim de garantir o emprego, devido à exigência de leis federais promulgadas no governo militar – como a CF de 1967.

¹ O verdadeiro nome do colaborador é citado no trabalho com sua permissão, uma vez que a proposta da pesquisa incluiu tirar o sujeito comum do anonimato, não apenas sua história e sua voz, mas ele próprio. Seu nome representa a identidade comum de muitos sujeitos adultos marcados por históricos processos de exclusão.

Na empresa onde trabalhara quando adulto, no Rio de Janeiro, teve contato com literaturas que permitiram ampliar seu processo de autoformação. José Luiz lia o que lhe vinha às mãos, e algumas de suas primeiras leituras não se apagaram da memória, como as obras de Heródoto, por meio das quais conheceu pensadores gregos antigos, e *O Papa e o Concílio*, de Rui Barbosa.

Para esse estudo (auto)biográfico, foram usadas fontes comuns em pesquisas que visam analisar os fatos a partir da perspectiva daqueles que protagonizam a história não ao lado dos grupos favorecidos. Por meio dos relatos orais produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas gravadas, foram reconstruídos episódios da história do cidadão, visando conhecer sua trajetória de formação educacional.

A pesquisa, embora situada no campo da história oral, não descartou as propostas metodológicas das *pesquisas (auto) biográficas de formação*, que possibilita explorar o processo de autoformação na vida cotidiana de diversos atores sociais, sobretudo idosos e excluídos da história, com a finalidade de conhecer suas aquisições (PINEAU, 2006). Esses aportes propiciaram compreender os modos de constituição do indivíduo enquanto ser social singular e possibilitaram analisar o contexto histórico de cada etapa marcante no processo de formação educacional do Sr. José Luiz, compreendendo como internalizou o seu mundo exterior, metabolizando-o, e como se apropriou dos bens materiais e imateriais para desenvolver suas artes de fazer e viver, construindo sua própria identidade (DELORY-MOMBERGER, 2012).

No trabalho com as memórias do sujeito fez necessário o cuidado de não negligenciar o fato de que estas são sempre reconstruções, evocações do passado visto pela perspectiva do presente, portanto, marcadas “pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva” (LANG, 1996, p. 35). O conceito de relato oral de vida é aqui adotado, entendendo que se tratou de uma narração mais restrita e direcionada por uma temática; portanto, na condução da entrevista o narrador e o pesquisador estiveram envolvidos no processo seletivo dessas memórias.

O trabalho aproximou-se da proposta da microanálise, fazendo uso da estrutura textual narrativa. O método morelliano, proposto por Ginzburg (1990, p. 144), possibilitou o estudo de “pormenores mais negligenciáveis”, desvelando indícios de uma realidade alheia a experiência do pesquisador.

A ausência de fontes escritas e visuais guardadas pelo protagonista, que indicassem como era o lugar onde foi iniciada à cultura escrita, e de materiais que fizessem parte de seu processo educacional, intuiu o uso de imagens de objetos comuns à

materialidade escolar do período e de outros anteriores — uma vez que as novidades proporcionadas pelas reformas de ensino e pela indústria sempre estiveram descompassadas considerando-se o meio urbano e rural. Tais imagens foram pesquisadas e apresentadas ao entrevistado para instigar as lembranças guardadas em sua memória.

O texto discute teias complexas que teceram a identidade desse ser aprendiz e sujeito leitor-escritor, com base em alguns fios detectáveis em seu discurso e emaranhados em seu processo de formação. Nessa perspectiva, apresenta algumas redes constituintes do indivíduo, algumas até aparentemente pouco importantes frente a outras mais evidentes nas narrativas, mas que revelaram grande influência em sua constituição identitária, aqui denominadas de a família, relações interpessoais e interações culturais, o trabalho, informação e aprendizados (cordel, rádio e TV), e, interação com a natureza. Por meio dos fios percorridos, aspectos associados à biografia do protagonista vão conformando-se no *corpus* textual.

Algumas redes e fios da complexa teia de formação do sujeito leitor-escritor

Pretendendo conhecer o processo de formação de um sujeito comum, mas singular, buscou-se reconhecer a trama que o enredou, que teceu sua subjetividade, percorrendo-se os fios entrelaçados que constituíram a complexidade de sua história de vida (MORIN, 1996).

Tentando entender a complexidade que envolveu a formação do Sr. José Luiz, enredada nos fazeres e saberes produzidos a partir da cultura em que esteve inserido, procurou-se ir além da racionalidade instrumental da modernidade, atentando para os vestígios emergentes em seus discursos e práticas, em movimento de provocação às memórias e desinvisibilizando práticas e contextos que ajudaram a compreender não só o sujeito em sua individualidade, mas também perceber percursos comuns a outros com trajetórias semelhantes. Dessa forma, surgiu a possibilidade de aproximação à realidade de grupos não atendidos pelas políticas públicas de diversos governos republicanos, com ênfase naqueles instituídos a partir de 1929 – ano do nascimento de coautor.

Baseado no conceito de redes de tessituras (Alves, 2008; Oliveira, 2009, entre outros), buscou-se conhecer as trajetórias de formação desse leitor e escritor quase

autodidata, a partir de algumas redes detectadas em seus discursos narrativos: leituras, interações sociais, meios de comunicação e cursos não formais e *semiformais* que frequentou.

A ideia de tessitura de conhecimento em rede dá legitimidade ao “[...] conjunto de redes de saberes, poderes e fazeres presentes no cotidiano dos sujeitos, mas normalmente expulsos do ambiente escolar” (Oliveira, 2008, p. 238), e tão presentes na constituição identitária do sujeito pesquisa. Assim, o princípio adotado foi de que não há um caminho único e obrigatório para todos os sujeitos em seus processos de aprendizagem, que os sentidos ou significados são construídos em conexão com os interesses, crenças, valores e saberes dos sujeitos envolvidos nesses processos, como sugere Oliveira (2008).

A tessitura de conhecimento em rede enlaça todos os saberes – sejam escolares/acadêmicos, sejam do cotidiano de cada sujeito –, contradizendo os discursos pautados na lógica ocidental moderna que reconhece os saberes formais como a única forma de saber legítimo, negando a validade de todas as outras formas de conhecimento, entendidas como inferiores ou inexistentes. Desse modo, torna-se possível uma alternativa de enfrentamento à lógica que desqualifica os saberes locais quanto aos modos de estar no mundo de culturas subalternizadas em benefício dos chamados saberes globais e ocidentais, que supervalorizam o conhecimento científico.

Analisando essa questão, com embasamento na história de vida de um sujeito como o Sr. José Luiz que se constituiu sábio, leitor e escritor sem a contribuição de uma educação formal oficial, ficou mais claro perceber o quanto as redes de tessituras sociais influenciam a formação do sujeito. No caso do colaborador, foi por meio de suas práticas sociais, sobretudo, nos aspectos informais de sua formação, que se encontrou os fios que o constituíram um “aprendente” *ao longo da vida*, ou seja, alguém que desenvolveu autonomia na busca de suas aprendizagens, uma vez que, as políticas públicas não o alcançaram como um cidadão de direitos.

A socialização é um processo educativo que alimenta a formação do ser humano, logo a educação está em toda parte. Redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração para outra são inerentes ao processo evolutivo da cultura humana, levando o ser humano a transmitir e construir o conhecimento, criando situações sociais fundamentais para a própria manutenção da espécie e da sociedade formada por ela.

No caso particular de sujeitos como José Luiz, percebe-se que os aspectos informais e não formais de sua educação foram preponderantes na construção de sua identidade, em razão da ausência de atendimento escolar. Mas, apesar de serem

perceptíveis as habilidades intelectuais desenvolvidas pelo sujeito em sua quase autodidaxia, a falta da escolarização produziu lacunas e dificuldades, algumas apontadas em suas narrativas, como a dificuldade da escrita em prosa, da leitura de alguns clássicos da literatura nacional, a possibilidade de obter uma melhor colocação no mercado de trabalho, o sempre presente sentimento de subalternidade e o fato de referir-se a si mesmo como alguém *semianalfabeto*. Constatações que reiteram a importância da garantia do termo constitucional vigente a todos os cidadãos sem exceções, o direito à educação com qualidade em qualquer idade.

Com base na concepção de aprendizagens que se constituem ao longo da vida e por espaços diversos, reflete-se aqui sobre alguns dos fios presentes nas redes sociais, que teceram a formação de José Luiz, perceptíveis em meio a suas narrativas. Compreendendo que o indivíduo é marcado pelas instituições a que pertenceu, considerou-se importante identificar aquelas que teriam influenciado seu processo de formação. Assim, julgou-se que estas poderiam ser o lugar onde iniciou o contato com a escrita; o curso onde tirou seu diploma primário; o local onde trabalhou e conviveu com sindicalistas, advogados e juízes, em que discretamente assistia parte das aulas de cursos preparatórios na área jurídica e em que teve acesso a literaturas que contribuíram para sua formação quase autodidata; as comunidades religiosas que frequentou; além de outros espaços informais de cultura que ajudaram a formar as teias que construíram sua identidade e sua capacidade intelectual movida pelo desejo de saberes por meio do mundo da leitura.

Para esse fim, o autor transitou pelos discursos *transcriados* do sujeito, buscando apreender as contribuições que redes, como família, igreja, trabalho, amizades, integração com a natureza, práticas culturais (roda de cantadores) e meios de comunicação tiveram na sua formação. Lembrando que se trata de um recorte limitado às narrativas construídas em situação de entrevista, portanto, não dão conta da complexidade das redes informais influentes sobre o sujeito. Nesse espaço, traz-se alguns dos recortes às redes e teias, emergidas nos diálogos, que teceram sua identidade como aprendente, considerando em especial os processos de formação nas práticas sociais.

Relações interpessoais e interações culturais

A educação se dá em todos os processos de socialização do sujeito, o que inclui o grupo primário aos mais complexos, de relações diretas e indiretas, ou seja, mediadas por instrumentos diversos, ampliando-se com o desenvolvimento de novas mídias. No entanto, não se pode ignorar que o acesso aos meios de comunicação e informação não se dá em condições de igualdade e que, sobretudo, as questões socioeconômicas influenciam as possibilidades.

O trabalho baseou-se nas aquisições de José Luiz presentes em seus textos narrativos (auto)biográficos, considerando algumas dessas formas de interação social que lhe proporcionaram trocas, ou que de alguma forma interferiram no processo de acabamento do seu ser e saber. Procurou-se identificar aspectos que marcaram sua história de vida nas relações com os sujeitos da comunidade de Logradouro, onde morou na infância e juventude; no arranjo do traslado para a migração ao Rio de Janeiro; no contato com as pessoas no dia a dia da vida — amigos e vizinhos; e nos diferentes ambientes frequentados – rural e urbano.

Examinar os resultados desses processos de aprendizado vivenciados não é tarefa fácil, mas o pesquisador arriscou-se a fazer, dentro dos limites do material produzido nos *encontros dialógicos*, por meio dos recursos utilizados – o questionário semiestruturado, a análise das imagens pelo Sr. José Luiz e as lembranças provocadas por palavras específicas retiradas de um envelope, produzidas a partir do conteúdo das entrevistas anteriores. Nesse exercício, emergiram alguns episódios que estabeleceram de alguma forma relações com o processo de formação de sua subjetividade, como as trocas nas rodas de cantadores, nas novenas e nas festividades (geralmente, associadas à religiosidade).

Em suas narrativas, José Luiz não declarou ter aprendido a ler em cordéis, mas sim em cartilha do ABC. Segundo Levi (2011), os cordéis são escritas literárias de apropriações, muitas vezes, de histórias e conceitos da cultura erudita, ou de fatos relacionados a povos distantes da realidade daqueles que o produzem, mas que se apropriam do texto do livro ou do fato narrado por um leitor ou não; ou mesmo, do tempo da escola que frequentou ainda que por pouco tempo. Mas esses “textos de fora”, essa cultura “extra-local” ou mesmo estrangeira é digerida pelo cordelista que, em num processo de tradução lhe dá nova roupagem, aproximando a realidade distante à realidade e cultura de seu público local, do mundo em que muitos cordelistas vivem. Logo, aprender

pelos cordéis é, de certa forma, aprender pela própria cultura, permitindo se ver e reconhecer seu próprio mundo no texto lido ou ouvido em rodas de cantadores.

Os cordéis são marcados pelos regionalismos: vocabulário, personagens, ambientes e imagens ilustradas com xilogravuras feitas artesanalmente, na maioria das vezes. Tudo isso aproxima o leitor ao texto, permitindo ver sua cultura ali reproduzida. Mesmo que possa representar aculturações, essas ainda são menores do que as dos currículos das escolas, principalmente no tempo de infância e pré-adolescência do Sr. José Luiz, quando o ensino tradicional era ainda mais rígido no que dizia respeito à lógica da disciplinarização e ocidentalização dos saberes, quando os modelos instituídos pela Escola Nova pautavam os currículos oficiais. A designação folhetos de cordel surgiu pela forma como eram dispostos os textos nas feiras para serem vendidos, semelhante ao que ocorria em Portugal, mas onde eram lidos por pessoas da classe média e letrados, que liam para os não letrados.

Como no Brasil, os textos de cordel eram lidos coletivamente, provavelmente no período da infância de José Luiz, o cordel não era um material de uso comum nas práticas escolares. Galvão (2008, p. 279), em sua pesquisa com leitores e ouvintes de cordel da década de 1930 e 1940, em Pernambuco, confirma essa ideia:

[...] o cordel era um tipo de impresso considerado sublitteratura, ou seja, não era visto, entre os intelectuais do período, como uma “boa” leitura, como uma leitura recomendável. Na escola, onde, na visão de um dos [seus] entrevistados, “só se aprendia bobagem”, não se ouvia falar em folhetos.

As poesias populares serviram como incentivo e prática de escrita e leitura do Sr. José Luiz. Mas, em nenhum momento declarou ter aprendido a métrica do cordel na escola. Sua participação nas rodas de cantadores como ouvinte interessado o levou a interrogar sobre as estruturas, a fim de que pudesse construir suas próprias poesias e participar das disputas. Somando-se à observação da apresentação dos textos durante a leitura, foi assimilando regras que tentou lembrar quando contou a experiência do tempo em Logradouro e revividas na época em que sua nova comunidade religiosa, no Rio de Janeiro, foi liderada por um reverendo nordestino amante de literatura clássica e de cordéis.

Muitos fatos históricos do Brasil e do mundo, bem como personagens políticos e históricos, como João Pessoa, Getúlio Vargas, Lampião, Antônio Conselheiro e outros que

² No Brasil, o apogeu da literatura de cordel se deu entre as décadas de 1930 e 1950, segundo Câmara Cascudo.

aparecem no discurso de José Luiz, cujas histórias remetem-se ao tempo em que viveu em Araruna, foram em parte conhecidos pela literatura de cordel.

Apesar do desapareço inicial dos meios acadêmicos às literaturas de cordel, estas se constituíram em um importante meio de alfabetização e de desenvolvimento da arte da leitura. Os depoimentos transcritos por Galvão (2008) indicaram a concretização da alfabetização por meio de cordéis, realizada de forma autodidata, com a memorização dos poemas lidos e recitados por outras pessoas, permitindo a associação de palavras, atribuindo significados à representação escrita. Além disso, eram fontes estimuladoras de leitura.

Sr. José Luiz lembrou de muitos momentos de diversão no seu local rural, embora episódios de uma vida sofrida, desde sua infância, que remetiam a sofrimentos coletivos provocados por dificuldades extremas compartilhadas pelo seu ambiente social, não puderam ser apagadas de sua memória. Há nele a consciência de que Logradouro não era um caso isolado na realidade brasileira daquele tempo de sua juventude, e menos ainda uma realidade impossível de encontrar na sociedade do presente. Ainda assim, as memórias de momentos divertidos, e até de romances, apareceram nas narrativas: “com toda vida que levei como criança, mesmo assim consegui viver tanta alegria como criança, naquela miséria toda”.

Em suas falas não apareceram sentimentos de vitimização, e sim de incômodo e desejo de mudança. Talvez, esse tenha sido o fio condutor de toda sua narrativa: o desejo de mudança, de ter conseguido de certa forma mudar de vida, mesmo que tudo conspirasse contrário.

Os diálogos, durante as entrevistas, possibilitaram perceber algumas aprendizagens constituídas na convivência nesses espaços coletivos e como a cultura da comunidade entranhou-se no sujeito, forjando sua identidade e saberes. A participação, por exemplo, em novenas e nas rodas de cantadores ajudaram a desenvolver a habilidade de leitura e escrita iniciada nos breves estudos com seus preceptores, além de trabalhar questões psicológicas e outros saberes e técnicas que envolvem a apresentação em público, para não falar dos valores da cultura religiosa.

A apresentação do cordel em público requeria competências que o sujeito teve de desenvolver para praticar a arte: ler em voz alta, manter o ritmo, destacar palavras e frases para permitir que os ouvintes acompanhassem os sentidos do texto e as rimas. Como escritor de cordel, José Luiz procurava desenvolver também seus próprios textos, o que demandava habilidade de criação em rimas das notícias, fábulas, reflexões sobre as

questões sociais, a história local, nacional e mundial. Para serem apreciadas e repetidas, tinham que agradar aos ouvintes com seu conteúdo, beleza e estética. Portanto, boas rimas e boas histórias eram fundamentais.

As transformações na vida de José Luiz, depois da migração, promoveram novos significados a muitas dessas práticas – principalmente as ligadas aos rituais do catolicismo, religião que abandonou quando aderiu ao protestantismo na nova cidade. Mas outras aprendizagens, como cantorias, permaneceram acesas e reforçavam-se quando encontrava pares para compartilhá-las. Como explica Bosi (1994, p. 144), “é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência”. A oportunidade de troca de cordéis e repentes trouxe à lembrança textos que leu e/ou escreveu e recitou no passado, ajudando a manter acesa essa memória a ponto de recitar alguns durante os encontros dialógicos. Assim como a leitura de textos de Suassuna, autor que também admirava.

Os ajuntamentos, no cotidiano do povoado em que vivia, faziam-se também em torno do lago, quando mulheres lavavam roupas, enquanto homens e filhos conversavam e se divertiam — um acontecimento para a realidade de uma comunidade marcada por longos períodos de seca.

São experiências que demarcam costumes, a forma como sua comunidade se organizava e como se davam, em parte, as relações de gênero, com papéis sociais bem definidos, cabendo à mulher os trabalhos domésticos e o cuidado com a família; enquanto aos homens, a provisão do sustento – mas não excluindo a parceria da mulher nas atividades da roça –, o caçar e as atividades mais contemplativas – prostrar, beber em público. A mulher, ainda que bebesse o fazia, geralmente, no espaço doméstico. São costumes e valores que o indivíduo vai construindo com base na convivência em sociedade, tornando-se aparentemente naturais, mas na realidade construídas e transmitidas geracionalmente, nem sempre pela instrução oral, mas principalmente pela observação e repetição. A reflexão, atividade racional, nesses casos, dá-se pelo confronto a atitudes exóticas, diferentes das costumeiras, que levam à produção de discurso legitimador do comportamento quase automático ou do discurso contrário, subversivo aos “olhos” daqueles mais conservadores.

Para tratar as experiências sociais do colaborador, faz-se necessário situá-las no *espaçotempo*, principalmente quando se lida com vivências de um sujeito longo, que habitou ambientes totalmente diferentes, para evitar o olhar anacrônico sobre essas vivências e desprezo por aquilo que elas puderam representar para o autor das memórias.

Ao lidar com narrativas orais, percebe-se um tempo acrônico, mesmo que em alguns momentos o narrador procure discorrer as lembranças em certa ordem cronológica. As lembranças vão do presente ao passado, mas esse passado revisitado transita por temporalidades diferentes. José Luiz, quando fala do passado em Araruna, acaba trazendo outras memórias das experiências de um passado mais recente, vivenciado com a família e amigos da comunidade religiosa no Rio de Janeiro. A lembrança de um tempo traz à tona a de outro tempo, e é esse movimento que conduz a dinâmica das narrativas. Como constata Portelli (2010, p. 27-28),

No discurso multivocal, o tempo narrativo torna-se bem mais fugidio: a combinação de estruturas cíclicas e lineares dá lugar ao livre fluxo de associações acrônicas, determinado pelos procedimentos analógicos da memória e pelos objetivos dos narradores e narratários em diálogo.

Os fatos vão surgindo na trama da efervescência das memórias ativadas pelos objetivos do narrador e do entrevistador, dos sentidos que dão ao enredo em construção. Desse modo, as intervenções do interlocutor também influenciam na evocação das memórias, impedindo a manutenção de um fio condutor cronológico.

A convivência com pessoas de sua comunidade, no cotidiano do trabalho, em Araruna e no Rio de Janeiro, também produziu múltiplas aprendizagens. Conceitos assimilados e alguns transformados por outras aprendizagens construídas ao longo do tempo, de outras formas, como as leituras que se intensificaram pelos acessos que foi ampliando-se na nova cidade, por exemplo. Outras aprendizagens, porém permaneceram. Desse modo, tradições, conceitos políticos, conhecimentos gerais e práticos, valores, princípios, artes práticas foram delineando sua subjetividade.

Era por meio da informalidade, das informações que corriam de “boca a boca” que o Sr. José Luiz diz ter ficado sabendo a respeito de fatos ligados à história política e social, passando a conhecer alguns personagens da história local e geral. Seja como for, era dessa forma espontânea e não intencional, sem planejamento pedagógico e didático, que os conhecimentos iam chegando ao sujeito, provavelmente filtrados por interpretações próprias de cada narrador e sofrendo alterações de forma e conteúdo. São informações que se configuram mais como opinião, do que informação. Percebe-se, em algumas de suas falas, a consciência da relatividade da veracidade desses conhecimentos orais. Conceito construído no sujeito, talvez, por suas experiências de vida e leitura.

Além de conhecimentos ligados a fatos políticos ou biográficos, podemos ainda destacar aqueles ligados à formação de ideias religiosas e os saberes práticos relevantes

na adaptação do sujeito ao meio, realizados no processo de aprendizado da língua e da cultura em que nasceu. Assim como outros mais sutis, por exemplo, as imagens que constrói do outro e das coisas, de informações que lhe chegam filtradas pelo olhar de terceiros.

É possível perceber, em algumas falas do coautor, como a palavra interpretação daqueles que apresentam maior formação acadêmica e/ou posição social mais destacada, parece ganhar um grau de autoridade, a ponto de serem citados como referência para suas ideias. Trata-se de uma atitude comum em indivíduos marcados por processos de exclusão e que assimilam/introjetam o próprio sentimento de subalternidade produzido pelo pensamento dominante. A eleição pessoal influencia também nesse processo de se dar autoridade de fala ao outro. O fato de simpatizar-se com uma pessoa colabora a se dar maior crédito a suas ideias, o que pode acontecer mesmo com indivíduos de maior escolarização. Questões ideológicas influenciam muito nesse sentido, superando, às vezes, até os argumentos mais racionais.

Sr. José Luiz demonstra admiração pelo ex-governador e jornalista Carlos Lacerda. Uma das razões dessa admiração é por achar que era uma pessoa muito inteligente, hábil no discurso e capaz de conseguir incriminar nomes ligados a Getúlio Vargas — presidente de quem diz não gostar por ter sido um ditador, apesar de reconhecer as conquistas trabalhistas no seu governo.

Narra vários fatos envolvendo a figura do ex-governador, mostrando sua influência sobre o seu imaginário. Cria legitimidade em suas ideias, que soam como verdade. A lembrança de Lacerda com o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, por exemplo, pesa em suas concepções. Recria memórias, incluindo no seu relato sentido próprio e descrevendo detalhes.

Gondar (2005, p. 26), em seu estudo sobre memória social, afirmou que “Não haveria memória sem criação: seu caráter repetido seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-la a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito”. Para Portelli (1997), a utilidade específica das fontes orais repousa não tanto na possibilidade de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. “Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico” (PORTELLI, 1997, p. 33).

Nas colocações de José Luiz, percebe-se a internalização do preconceito de inferioridade, apesar de ser um leitor assíduo e estudioso autodidata. Suas falas

demonstraram a presença de atitudes provocadas pelo estereótipo que seu próprio grupo social revela quando valoriza a titulação e, como não a apresenta não se torna digno de grande atenção em seus discursos, ao abordar temáticas não condizentes com seu grau de educação formal. Apesar de todo o esforço para sair e retirar sua família da condição de miserabilidade em que viviam no Nordeste. Mesmo percebendo uma relativa reversão do quadro, ao analisar as dificuldades que enfrenta para desenvolver o que hoje valoriza tanto — o saber e a possibilidade de registro escrito de sua história de vida e de suas elucubrações —, culpabiliza-se pelos limites para a concretização desses ideais, produzindo um discurso semelhante a apontada na experiência de Lerner³, “crença em um mundo justo”. Segundo sua lógica, se sua força física e disposição foram capazes de dar-lhe condições de mudar de situação financeira e social por meio do trabalho, então, interroga a si próprio sobre o porquê de não ter estudado no Rio de Janeiro, já que, diferentemente de sua cidade de origem, tinha mais instituições de ensino público.

Essas indagações traduzem o sentimento de que seu estado atual — financeiro e intelectual — é o que mereceu ter, não situa as causas do problema onde realmente se encontram. O mesmo olhar que tem para si, transfere aos demais sujeitos. Repete discursos hegemônicos que depreciam sua origem nordestina e estereotipam seus conterrâneos. Essa forma de pensar termina neutralizando ou diminuindo os poderes públicos e a construção desigual da sociedade da responsabilidade pelos direitos negados aos cidadãos, e as consequências que essas condições de exclusão trazem para os cidadãos.

São muitos os olhares sobre a questão, envolvendo uma multiplicidade de aspectos de uma realidade bastante complexa. Por esse motivo, não se pode reduzir o comportamento identificado nas falas de José Luiz, classificando-o simplesmente como preconceituoso e desterrado com relação à falta de identificação com seus pares. O que não seria verdadeiro. Entre seus autores preferidos encontram-se, principalmente, os de origem nordestina. É um leitor apaixonado do baiano Rui Barbosa; dos cordelistas de Recife; do cearense José de Alencar; e não escapando os conterrâneos paraibanos Ariano Suassuna e Augusto dos Anjos. Além disso, admira figuras públicas do seu antigo Nordeste, como o pernambucano Lula, o natalino João Augusto Fernandes Campos Café Filho, entre outros.

³ Jodelet (2007) destaca, no contexto de comportamentos discriminatórios ou agressivos, a experiência de Lerner sobre a “crença em um mundo justo”, que leva a pensar que os sujeitos têm o que merecem e merecem o que têm. Mostra que esse tipo de conceito leva à acomodação da sociedade em relação a situações de injustiça e exclusão.

Nesse sentido, os *habitus* (BOURDIEU, 1983) de sua comunidade de origem, ainda que criados a partir de regras sociais de uma sociedade marcada profundamente pelas diferenças sociais e distribuição injusta de privilégios e direitos, permitiram frestas, mesmo que muito estreitas, pelas quais sujeitos, como José Luiz, buscaram construir outra realidade para si e sua família. Levando-o a procurá-la fora daquele contexto, onde os hábitos sociais geravam, em sua concepção, resignação à condição de miséria, acomodando os sujeitos às condições impostas pelas intempéries da seca, da fome, do subemprego ou do não emprego, do não direito, da desassistência dos poderes públicos. No entanto, as regras instituídas pelo modelo vigente, muito mais fortes e fechadas, legitimavam papéis sociais diferenciados, provocadores de sentimentos de subalternização e desvalia.

Nos diálogos foi possível perceber as influências dos aprendizados que se processaram pelas interações sociais, servindo para demonstrar a importância que tiveram na construção identitária do Sr. José Luiz. Os registros permanentes em suas memórias comprovam a influência exercida sobre o sujeito, uma vez que as memórias se manifestam de modo sempre seletivo. A necessidade de adaptação e convivência social interferem no seu processo de elaboração, podendo provocar lembranças, esquecimentos e silenciamentos. Para Pollak (1989, p. 14), “mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização da vida”.

Há episódios da vida que José Luiz declarou não gostar de lembrar, como o período de fome e miséria em sua infância e as dificuldades que passou para vir e se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro. Ao fazer tal declaração, deixa claro que as lembranças existem, mas prefere ocultá-las. São experiências sofridas e sublimadas, guardadas em regiões latentes do subconsciente, podendo vir à tona mediante provocações. No entanto, isso não implica externá-las automaticamente, cabe sempre ao sujeito, por razões diversas, dizê-las ou não dizê-las. Alguns episódios dessa fase da vida de José Luiz, evocadas pelas provocações nos encontros dialógicos, foram por ele narradas, apesar de não se prender muito a elas, em movimentos de idas e vindas, entradas e saídas e, em alguns momentos, contadas com grande emotividade.

Segundo Pollak (1989, p. 9), as situações do presente atuam deformando e reinterpretando o passado. “Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”. Indivíduos e grupos não recordam todas as experiências vividas, pois ninguém consegue se lembrar de

tudo o que aconteceu e de todas as experiências. Ainda que fosse possível, nunca relatariam tudo, não só por questão de tempo para desenvolver a narrativa, mas porque, independente de alguns acontecimentos não terem deixado registros na memória, a memória seleciona e oculta o que compromete a identidade do narrador ou do grupo por ele representado.

Nas narrativas de José Luiz, embora tenha percebido mudança em seu estado emocional e físico em cada encontro de entrevista, o caráter teleológico da narração, a forma de produzir sentido com o conjunto narrativo não mudou. Procurando unir início e fim, apesar das mudanças bruscas que teve em sua vida, o autor do texto narrativo criou um fio condutor a ponto de lembranças dolorosas não assumirem o protagonismo de sua história de vida. Essas promoveram, contudo, sentidos à sua trajetória.

A família

Rousseau (s.d., p. 8) lamentando seu nascimento pela forma como se deu, “nasci quase moribundo”, e pela perda ocorrida em seu ato “custei a vida de minha mãe”, passou assim a considerar seu nascimento como a primeira das suas “desgraças”. Relata ter apenas herdado de seus pais a sensibilidade, sobretudo a de um pai apaixonado. Apesar do infortúnio da perda, a relação de pai e filho foi mantida e, talvez, a ausência da mãe-esposa e sua saudade provocassem mais apego entre os dois. A princípio, tão pouco o autobiógrafo diz herdar desse núcleo familiar interrompido — apenas sensibilidades. No entanto, continuando a biografia, deixa logo em seguida escapar marcas mais profundas dessa relação familiar em sua formação:

Minha mãe deixara uns romances, e, depois da ceia, meu pai e eu os íamos ler. De começo, não se cogitava senão de me exercitar na leitura por meio de livros divertidos, mas logo o meu interesse se tornou tão vivo, que líamos ambos sem tréguas e passávamos a noite nessa ocupação. [...] Graças a esse perigoso método, depressa adquiri não só uma grande facilidade de ler e compreender, como também uma compreensão das paixões, única em minha idade (ROUSSEAU, s. d., p. 11-12).

As colocações de Gohn (2008, p. 39) ajudam a entender essas delineações do ser que se formam por meio da interação social primária do indivíduo, que é a família, como parte do processo da educação, pois esta “decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar”.

E se a educação de uma pessoa é definida, a princípio, pelo ambiente em que ela vive, realizando-se como uma herança cultural, o lar onde Rousseau nasceu o colocou em vantagem não só econômica, mas também cultural em relação ao (auto)biografado da pesquisa. Aquele que se tornara um grande nome entre os pensadores iluministas pôde desfrutar da habilidade da leitura bem cedo e de livros herdados da mãe que lhe imprimiram na infância a prática e o gosto pela leitura, tendo a possibilidade de experimentar sensações e conhecimentos, que José Luiz custou mais a vivenciar, além de outras que sua condição socioeconômica e cultural o impediu de conquistar. Contudo, teve o privilégio de ter desfrutado da presença da mãe até sua idade madura, com quem desenvolveu o sentimento de não conformação. O apego e empatia para com sofrimentos da genitora imprimiram em José Luiz o ímpeto de luta por mudanças em sua história de vida.

Não herdou da mãe livros e nem aprendeu com o pai a técnica do ler, pois ambos eram analfabetos. Mas nem por isso a presença desses, mesmo do pai com quem conviveu só até aos doze anos de idade, passou em branco em sua formação: hábitos, costumes, a língua — ainda que sem domínio do seu modo culto de uso —, o catolicismo como primeira religião, as técnicas para lidar com a terra, padrões morais de vida, sensibilidade para com o outro e o apego à família foram legados que forjaram sua identidade, deixando inscrições em seu ser e saberes na memória que não se apagaram com o tempo. Afinal, a origem familiar traz alguns condicionantes que, em sociedades desiguais, mas de proposta democrática, podem ser mudadas, contudo, mais como desvio do que como regra. Essa origem demarca o lugar que o sujeito ocupará na sociedade durante sua existência, salvo exceções, determinando maior ou menor acesso a direitos, educação, cultura e bens; assim como situa o sujeito na cultura onde estará imerso em sua formação.

Muitas marcas culturais estão em suas lembranças e forjaram seu caráter. Destacam-se aqui alguns aspectos que foram relevantes, na percepção do pesquisador, para a formação do sujeito: o sentimento de não conformação com a miséria, levando a não se acomodar com quadro que esta produzia na família; o desejo de romper com os hábitos culturais que julgava negativos, como o do alcoolismo, comum em sua comunidade; a busca de trabalho; o uso da criatividade para tentar suprir as necessidades da casa. Estes pensamentos, sentimentos e atitudes compuseram o sujeito e lhe foram constituindo nas relações familiares e comunitárias. A própria religião, que pode operar como fator de arrefecimento de sentimentos de inconformidade em situações de miséria coletiva, principalmente quando ligada a outros contextos locais, como o político e o

econômico, propagando ideias de sofrimento merecido ou meio de expurgar pecados e aperfeiçoar o ser, não conseguiram impedir, em seu caso, o ímpeto de mudança.

A história de analfabetismo na família de José Luiz denuncia a realidade de um tempo não totalmente transformado, pois no presente há um número ainda grande de pessoas nas mesmas condições. Segundo a PNAD/2017, são 11,5 milhões de pessoas (7% do total da população nacional) com 15 anos ou mais não alfabetizados, no Brasil. Esses dados colocam em suspenso a ideia de idade certa para alfabetizar, não no sentido de invalidação da necessidade de se produzir aprendizagens significativas a crianças matriculadas nas escolas, instrumentalizando-as com a apreensão da leitura e da escrita; mas não se permitindo que esse discurso sirva para esconder os milhões de brasileiros não alcançados por políticas públicas educacionais. Como alerta Torres (2006), a concepção de idade certa para a alfabetização vinculada à convenção social de que esta deve acontecer na infância pode carregar falsas ideias de que a sociedade assegura a todas as crianças o direito à educação escolar e que as escolas asseguram o direito de aprender.

Entre os aprendizados constituídos socialmente, principalmente sem a intermediação crítica e intencional, como deve ser a realizada no processo escolar, pode ocorrer a assimilação de conceitos errôneos e difíceis de serem transmutados. As instruções do avô, narradas por José Luiz, quando se dispõe a vir para o Rio de Janeiro, ainda que com intenção de proteção, demonstraram preconceito contra alguns modos de expressão cultural das pessoas no mundo, como vestimentas, adornos, uso de determinados objetos, e acabaram conflitando com a realidade prática que enfrentou logo ao chegar.

Descendo, no município de Duque de Caxias, do caminhão que o trouxera para o Estado do Rio de Janeiro, é orientado e conduzido por um cidadão enquadrado no estereótipo de “sujeito perigoso”, segundo o perfil traçado pelo avô. A tensão denunciada sub-repticiamente no discurso de José Luiz demonstra uma releitura particular do caso e a produção de ideias e conceitos divergentes ao que foi instruído.

Talvez, no primeiro momento, José Luiz e seu avô não dessem conta de quanto ele próprio poderia ser enquadrado em perfis discriminados socialmente na nova cidade. Uma sociedade de tradição colonial escravista, reforçada por padrões civilizatórios europeus importados em seu processo de construção nacional, traz em sua constituição sociocultural concepções preconceituosas caracterizando alguns estereótipos, como sofrem os nordestinos, e outros derivados desses conceitos discriminatórios herdados.

José Luiz poderia ter sido vítima na nova cidade de discriminações relacionadas a questões regionais preconceituosas – nordestino e de naturalidade paraibana⁴; questões educacionais – não escolarizado, apesar de ler e escrever; questões profissionais – mão de obra não especializada para a cidade, pois sua carteira de trabalho acusava como profissão agricultor; e questões sociais – pobre, migrante, sem referência familiar local, instalado em albergue e, depois, morador de favela e, posteriormente, da Baixada Fluminense, região popular do Rio de Janeiro com concentração de migrantes nordestinos, de população de baixa renda e com pouca assistência governamental. Mesmo falando das lutas para acomodação e adaptação na nova cidade, em suas narrativas não chegou a denunciar claramente o quanto essas questões influenciaram negativamente nesse processo.

Nesse quadro de heranças sócio-históricas que poderiam atuar negativamente, quando em busca de melhores condições de vida para reverter a situação da família deixada no Nordeste, José Luiz tinha uma característica a seu favor e que pode ter atenuado, de certa forma, os aspectos discriminatórios contrários: sua pele branca e seus olhos claros.

Combater o racismo entre a população não é algo simples, principalmente entre as populações latino-americanas, em que a maioria não reconhece as atitudes racistas como tal, vendo-as como naturais, levando a não nomeá-las como preconceituosas. Schmelkes (2008) destaca que esse trabalho não deve ser feito só com o grupo vitimado por essa desvalorização, mas com os grupos majoritários que detêm a cultura dominante, fazendo-os conhecer os aportes culturais dos grupos que compartilham o território, para que os reconheçam e possam aceitá-los como dignos, apesar de diferentes. O trabalho educacional na produção ou revitalização da identidade das diversas culturas que compõem hoje a realidade dos povos latino-americanos, em geral, implica, como defende Quijano (2005, p. 27), “desde o início, uma trajetória de inevitável destruição da colonialidade do poder, uma maneira muito específica de descolonização e de liberação: a des/colonialidade do poder”.

⁴ No Rio de Janeiro, como em outras cidades receptoras de migrantes nordestinos, costuma-se chamar os nordestinos indistintamente de *paraíba*, geralmente de forma depreciativa, ligando o rótulo *paraíba* à ignorância, à falta de conhecimento.

Trabalho

Sobre o contexto demarcado por posições sociais do ambiente de trabalho, José Luiz relata fatos vividos que fortaleceram sua condição de sujeito na empresa em que atuou e veio a se aposentar, apesar de ter bem definido em seu pensamento seu lugar: “eu cresci ali dentro mesmo não passando de servente”.

Mesmo presentes e reconhecidas as demarcações sociais no trabalho, quando no cotidiano surgem brechas para outras relações menos hierarquizadas e autoritárias, abrem-se possibilidades para troca de olhares e palavras que se cruzam de forma mais horizontal, tornando possível manifestar-se e fortalecer-se a condição de sujeito-cidadão, pois se reconhece não só a importância da função desempenhada, mas principalmente a condição do ser.

Na informalidade também presente no ambiente social do trabalho, por meio de relações ali estabelecidas, nos comportamentos observados e nas práticas instituídas e *instituintes* do cotidiano dos sujeitos, saberes e fazeres foram sendo costurados e permaneceram nas memórias de José Luiz. Além dessas, outras aprendizagens, como o curso para operar o elevador da empresa, o que segundo Pereira (2000) pode ser qualificado como conhecimento técnico.

Algumas aprendizagens constituídas a partir dos trabalhos desempenhados no decorrer da vida do colaborador podem ser apontadas: saberes da terra constituídos na informalidade e na prática desde a infância; saberes da construção civil adquiridos nas obras em que trabalhou nos primeiros anos no Rio de Janeiro; aprender a lidar com as fotocopiadoras, mimeógrafos, atividades de banco; conhecer a geografia da cidade com suas ruas e becos e todos os outros conhecimentos relativos aos trajetos diários de quem executa serviços externos; aprendizagens que vão se constituindo nos deslocamentos do trabalhador no ir e vir do trabalho à casa em transportes públicos por meio das conversas ou em escutas em coletivos; entre outros.

Ainda dos saberes relacionais ou *qualificações tácitas*, que incluem experiências do trabalho e sociais — como denominou Pereira (2000, p. 19) — destacaram-se outras aquisições, nesse ambiente, vinculados a conhecimentos mais sistematizados como, por exemplo, em livros que leu da biblioteca da empresa e nos emprestados; nas poesias construídas e corrigidas pelo chefe advogado e professor; nas aulas que ouvia da cozinha

do prédio onde trabalhava, encantando-o e estimulando-o à busca de novas aprendizagens.

Uma das empresas que trabalhou — em cumprimento da lei federal — o oportunizou frequentar o curso supletivo, em 1969. Na realidade, era uma condição para se garantir o emprego. Lembra que, depois de seis meses de curso, frequentando uma classe multisseriada, conseguiu o certificado de conclusão do ensino primário.

José Luiz manipulou situações aproveitando-se de frestas do próprio sistema. Em meio a um fator econômico-financeiro produtor de carestia e miséria à população menos favorecida — a inflação — e conhecendo privilégios facultados na própria empresa, acessava recursos para poder terminar a construção de sua casa. Algumas de suas atitudes táticas lhe permitiram vantagens, como a de empréstimos anuais a juros baixíssimos. Demonstrando aprendizagens, construídas por meio de práticas sociais, sobre princípios de regulação econômica em contexto inflacionário. Conhecimento que fazia funcionar em seu próprio favor, como outros de posição hierárquica mais elevada na firma o faziam.

Uma das características do modelo capitalista é sua relativa flexibilização, adotando novos formatos como tentativa de superação de suas cíclicas crises e/ou novas formas de lucro, o que tem permitido sua manutenção apesar das contradições. Nesse movimento de (re)arranjo, o sistema provoca novas exclusões e desenraizamentos, promovendo ao mesmo tempo inclusões precárias. Mas apesar desses determinantes, os sujeitos em suas artes de saber e fazer encontram caminhos próprios e alternativos para darem conta das demandas de sobrevivência. Contudo, essas saídas dificilmente representam aberturas sistemáticas pelas quais outros possam passar com a garantia de transformação de situações de injustiça e desigualdades.

Tratando das aquisições no ambiente de trabalho, tornou-se importante considerar o aspecto temporal das experiências do coautor, pois implicaram em certa privação de contato e apropriação de algumas tecnologias mais modernas, como o uso da informática, que ganha maior espaço nos ambientes de trabalho a partir da década de 1990, quando José Luiz veio a se aposentar. As tecnologias ligadas à informática, sobretudo o uso da *internet*⁵, exerciam-lhe certo encantamento, mas a não obrigatoriedade do uso cotidiano imposta pelas relações de trabalho e o isolamento de instituições de ensino provocaram inibição da tentativa de uso. Filhos e netos, mesmo dispendo e fazendo

⁵ No Brasil, a internet foi implantada pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) de 1991 a 1993, a velocidades muito baixas, sendo o serviço melhorado entre 1995 e 1996.

uso das tecnologias, não mais residindo na mesma casa, dificulta o contato e um impulso autodesafiador.

Vários condicionantes limitaram atividades e aprendizagens que desejava, causando-lhe algumas frustrações. Mas, nem a idade avançada e as limitações físicas decorrentes o paralisaram. Sendo um homem proativo, mesmo as atividades técnicas exercidas voluntariamente no cotidiano o colocavam em contato com antigos e novos saberes, uma vez que em todas as áreas inovações constantes surgem. Afinal, se há uma certeza que todo homem e toda mulher do mundo moderno tem, ou pelo menos deveria ter, “é a certeza de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar” (FREIRE, 2009, p. 86).

Informação e aprendizados: cordel, rádio e TV

Ao buscar compreender a trama de formação de José Luiz, como leitor de mundo e de textos escritos, por meio do estudo de suas narrativas, encontrei fios em seus relatos que me levavam aos diferentes meios de comunicação que o interceptaram e a que recorreu no desejo de saber e de interagir com a sociedade. Como sua história de vida transcorre em contextos históricos e regionais diferentes, a participação destes na trama se deu de formas também diferentes.

Nas descrições da terra natal, em suas narrativas, os cordéis e a comunicação oral foram durante muito tempo praticamente os únicos meios de informação local. Os textos de cordel mostram que, em muitos deles, o poeta e/ou o cantador colocavam-se como porta-voz das notícias locais, nacionais e até internacionais, além de serem fontes de propagação de conhecimentos aprendidos nas escolas ou nos livros. Na escassez dos meios de comunicação, sendo de difícil acesso e pouco conhecidos pelas pessoas de seu povoado na época – décadas de 1930 e 1940 —, os folhetos de cordel se tornavam espaços de informação e os lugares de apresentação convertiam-se em espaços de prazer e de conhecer as novidades, fatos que ocorriam em outras regiões. Como diz Galvão (2008, p. 278), “Ao lado do rádio e do jornal, embora de maneira diferente, os folhetos contribuía para que as notícias fossem divulgadas entre alguns segmentos da população”.

As falas do colaborador se cruzam a outras que lembram como era costume das pessoas em seu povoado sentarem não só para conversar em torno da fogueira durante as noites, mas também para ouvir os cordéis lidos e cantados na forma dos repentes.

Darnton (2011), ao tratar da leitura no século XIX, relata que grupos de artesãos, revezavam-se durante a jornada diária, lendo ou ouvindo um leitor para se manterem entretidos enquanto trabalhavam. Mas, ainda hoje, muitas pessoas tomam conhecimento das notícias por meio da leitura de um locutor de televisão. O autor afirma que “a televisão pode ser menos um rompimento do passado do que geralmente se supõe. Seja como for, para a maioria das pessoas através da maior parte da história, os livros tiveram mais ouvintes que leitores. Foram mais ouvidos do que vistos” (DARNTON (2011, p. 220).

As colocações de Darnton nos induzem a pensar a relação entre leitura coletiva de jornais impressos e a questão do analfabetismo no Brasil. A leitura coletiva foi uma prática comum também no Brasil do século XIX e, pelos relatos de José Luiz, percebe-se que permaneceu como estratégia nas realidades de baixo nível de alfabetização ainda no século XX. Na experiência vivida em Logradouro, onde a televisão e mesmo o rádio só aparecem bem mais tarde, o conhecimento das notícias só era possível pela leitura de jornais que esporadicamente chegavam a seu povoado e com datas atrasadas — pelos que sabiam ler. Ou, então, as notícias eram transformadas em cordéis, divulgadas nos folhetos e nas rodas de cantadores. Nesses contextos sociais, a prática de ouvir textos era mais presente do que a leitura direta em textos escritos, uma vez que eram poucos os que detinham condições de posse dos textos e raros os letrados.

Interessante perceber que no discurso de José Luiz aparece o conceito de verdade relativa ao tratar de informações passadas por filtros, principalmente, quando essas se terceirizam. Embora não seja apenas na comunicação oral como meio de divulgação de informação que pode haver distorções, acréscimos ou subtrações do conteúdo inicial informado. Os meios de comunicação, de forma geral, também agem propagando informações, ideias e valores culturais que longe passam de uma neutralidade ideológica e política.

Nos relatos sobre o que o estimulou a vir para o Rio de Janeiro – um pedaço de revista em que um personagem apresentava um novo estilo de vida possível nessa cidade – percebe-se que não havia ausência completa de veículos de comunicação tradicionais como os impressos, até mesmo porque a televisão se populariza no país quando José Luiz não mais residia na Paraíba. De alguma forma o livro, o jornal e a revista circulavam na

região, provavelmente eram trazidos de fora. Pela condição socioeconômica de sua família, teve pouco contato com impressos, e quando conseguia acessar eram fragmentos de edições bem atrasadas, geralmente, usadas para outros fins, como embrulhos de mercadorias em armazéns.

Ainda em seu povoado, teve contato com o rádio. Mas, segundo suas lembranças, o contato se deu quando já era adulto, no início da década de 1950. Portanto, essa rede parece ter pouco influenciado seu processo de aprendizado, até então. Só no Rio de Janeiro surgiram experiências marcantes com a radiodifusão. Sua curiosidade o leva a fazer um curso básico, onde aprendeu a consertar aparelhos radiofônicos.

As reflexões sobre a radiodifusão na interseção com a vida de José Luiz tornaram possível identificar e corroborar a ideia de que em nossa sociedade, em todos os tempos, há aqueles que estão na categoria de *excluídos dos excluídos*, como sua família quando habitava em Logradouro. Todos viviam alijados de direitos e bens primários, vivendo à margem de tudo o que a modernidade e a civilização contemporânea podiam oferecer de benefício a indivíduos e sociedades, mesmo considerando o tempo de suas experiências.

Interação com a natureza

Nos diálogos com o colaborador foi possível perceber sua interação com a natureza, do caçador que buscava alimentos da forma mais primitiva, à procura de meios de sobrevivência do grupo familiar, ao que hoje "não gosta de ver ninguém matando nem sequer uma barata, inseto não apreciado por muitos" — como diz. Essas experiências do sujeito remetem à reflexão de Berticelli (2006, p. 136-137):

A visão ecológica do mundo aponta bem mais para a solidariedade inteligente que para a luta entre os seres mais inteligentes da Terra. A redistribuição de renda é, a partir de agora, uma questão de sobrevivência da humanidade. Esta questão saiu da esfera ideológica para assumir uma outra lógica: uma "eco-lógica". Esta filosofia há que ser integrada ao sistema ético da humanidade. [...] Viver bem e viver melhor é um objetivo só atingível com visão de totalidade. Qualidade para as partes é qualidade para o todo.

José Luiz torna-se alguém que, ao interagir com a natureza, tira lições para sua vida. A relação que estabelece se dá tanto pela informação que obtém em documentários acompanhados pela televisão a respeito de ecossistemas marítimos ou terrestres, quanto da observação direta, talvez inspirado pela fé religiosa.

Perguntado sobre o que achava do Rio de Janeiro, mostrou certa gratidão pelo que conquistou depois de ter chegado e se estabelecido na cidade, mas não se mostrou encantado pelas possibilidades de lazer e cultura, e sim com o contato com livros que não tinha acesso na terra natal. Quanto aos aspectos naturais, o que mais apreciou foi o mar — sua cidade de origem não era muito próxima ao litoral.

Sua atitude contemplativa o leva a querer conhecer mais, buscando esse conhecimento em leituras bíblicas e seculares e a assistir documentários que tratam de questões voltadas para a natureza, sobretudo, o mar que tanto lhe encanta e assombra a ponto de nunca ter entrado nas águas.

Darwin (1809-1882), naturalista inglês, chegou a conclusões sobre a origem das espécies observando e comparando diversos elementos vivos da natureza, com olhos atentos e especulações de seu espírito curioso, que a própria natureza se foi deixando revelar, ou talvez estivesse sempre se mostrando. Mas poucos se colocam a ver além do aparente e aparentemente isolado. José Luiz é alguém que se extasia diante do espetáculo do Universo, que compreende como obra de um ser Criador, mas é também um indivíduo que se maravilha diante das revelações do pensamento humano, por meio de suas descobertas científicas. Para ele, não há conflito entre as duas percepções, pois em seu pensamento os possíveis conflitos se apaziguam com uma simples conclusão: “Deus fez, a ciência pode ajudar a explicar como ele fez” (apropriação livre do capítulo 25 de Provérbios, versículo 2).

Ainda que de forma bem incipiente, José Luiz integra-se à natureza buscando conhecê-la e aprendendo não só sobre, mas com ela. Esse conhecimento influencia na forma harmônica como passou a se relacionar com o ambiente e os seres que o compõe. Essa é uma relação que lembra a proposta de Morin (2009), ao referir-se a alguns saberes fundamentais à educação do futuro, em que afirma a necessidade do homem, sobretudo, no contexto da globalização, de perceber sua condição planetária, compreendendo que ações particulares implicam consequências que podem promover a vida ou pôr em risco o planeta, considerando o quanto esse já está comprometido pelas ações praticadas pela humanidade, movidas por interesses econômicos, tornando urgente a construção de uma consciência planetária.

Considerações nunca finais

Olhar para sujeitos, como José Luiz, que se constituíram leitores e escritores, que se formaram apesar de não terem sido alcançados por políticas educacionais capazes de lhes assegurarem o direito a uma educação mais completa no sentido acadêmico, confere-lhes em parte certa dignidade. Mas, ainda que isso fortaleça o sentido de serem sujeitos de si, de pessoas que se teceram por fios distantes do espaço escolar, não basta. Se foram capazes de construir a habilidade de aprender na vida, no mundo e, por meio dessa habilidade, ousaram caminhar por conta própria a aventura de conhecer os saberes de uma cultura historicamente produzida, não exime o Estado e a sociedade da responsabilidade a eles devida como cidadãos.

O *não-direito* promoveu, no caso estudado, algumas limitações as quais o sujeito não pôde superar, como a fluência almejada na escrita capaz de habilitá-lo a concretizar o desejo pessoal de biografar sua própria história. Além de limitá-lo em aspectos relacionados ao reconhecimento social, situação experimentada comumente por sujeitos vítimas de preconceitos, pois nossa sociedade herdeira da tradição eurocêntrica é marcada por pensamentos que discriminam saberes populares e aqueles constituídos por lógicas destoantes dos padrões científicos ou filosóficos ocidentais. Inclui-se, nesse contexto, uma supervalorização dos títulos, provocando discriminação a sujeitos-intelectuais sem escolarização e titulação acadêmica, quando não incompreensões, mesmo quando reproduzem conhecimentos pautados nas ciências modernas.

É inegável que adquirimos saberes fora da escola, nas ações e na vida. Esses saberes produzidos pela experiência para dar conta da vida em sociedade ainda precisam ser reconhecidos na formação escolar e na atividade profissional, mesmo que se encontrem para isso dificuldades por atenderem a outras lógicas. A pesquisa procurou mostrar que o exercício reflexivo sobre si mesmo e sobre seu percurso, pela prática da narrativa autobiográfica, pode permitir a textualização das experiências do indivíduo e contribuir para que os saberes assim constituídos venham a ser formalizados e reconhecidos.

Portanto, perscrutar, de mais perto, parte da trama que teceu o sujeito e o constituiu sábio, leitor e escritor, embora se considere a si próprio como “Zé ninguém”, mostrou como está presente na formação do ser, em decorrência dos tempos e espaços que transita, uma intrincada rede de formação de aprendizagens que configura a

singularidade de cada um, tecida por fios diversos, alguns quase imperceptíveis, mas deixando marcas na identidade, confundidas, muitas vezes, como naturais. Conhecer um pouco essa trama pode colaborar na construção de currículos mais adequados à realidade daqueles que buscam a Educação de Jovens e Adultos na intenção de retomar processos de formação interrompidos e/ou negados.

Referências

ALVES, Nilda. *Tecer conhecimento em rede*. p. 91-99. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. (orgs.). 5. ed. Petrópolis: DP et al., 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-82.

BRASIL. *Constituição do Brasil de 1967*. Disponível:
<<http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>>. Acesso em: 20 junho 2014.

_____. *Lei n. 4.024/61*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 20 junho 2014.

CASCUDO, Luís Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Prefácio. In: SOUZA, E. C.; BRAGANÇA, I. F. (orgs). *Memória, dimensões sócio-históricas e trajetórias de vida*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Natal: EDUFRRN; Salvador: EDUNEB, 2012. (Coleção Pesquisa (Auto)Biográfica Temas Transversais). p. 9-19.

_____. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Experiências de leitores e ouvintes de folhetos de cordel. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAB, 2008, p. 275-286.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da Sociedade Civil – Movimentos sociais, ONGs e Redes Solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DOBEDEI, V. (orgs.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 53-66.

LANG, Alice Beatriz da S. Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, J., FERREIRA, M. (coords.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 167-182.

MORIN, Edgard. Epistemologia da Complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.274-286.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Boaventura e a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. _____. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: PAIVA, J.; OLIVEIRA, I. B.(orgs.). *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, RJ: DP et al., 2009, p. 96 -107.

PAIVA, Jane; SALES, Sandra Regina. Contexto, perguntas, respostas: o que há de novo na educação de Jovens e adultos? Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais, 21 (69). *Dossiê Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1456>> Acesso em:13 dez. 2014.

PATTO, Maria Helena S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G., MENDES, G. M., SANTOS, R. A. (orgs). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2008, p. 25-42. PEREIRA, Wally Chan (coord.). *Educação de professores na era da globalização: subsídios para uma proposta humanista*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

PINEAU, Gaston. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 32, n.2, p. 329-343, maio/ago. 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flauman. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3. p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Proj. História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).

UNESCO. *Aprovechar el poder y el potencial del aprendizaje y la educación de adultos para um futuro viable*. Marco de Acción de Belém. CONFINTEA VI, diciembre 2009.

QUIJANO, Aníbal. Dossiê América Latina: Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19. n. 55, set/dez. 2005. p. 9-31

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As Confissões*. Ed. Athena; São Paulo, s.d.

SCHMELKES, Sylvia. Interculturalidad y educación de jóvenes y adultos. In: La educación de adultos y las cuestiones sociales. Pátzcuaro, Michoacán, México: CREFAL, 2008, p. 651-660.

TORRES, Rosa María. Alfabetización y aprendizaje a lo largo de toda la vida. In: *Revista Interamericana de Educación de Adultos*. n. 1, ano 28, jan/jun, 2006. p. 25-40

Submetido em 13/04/2017

Aprovado em 08/06/2018

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)